

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.049 - MG (2019/0251940-5)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : VICTOR HUGO RODRIGUES DE SOUZA ROSA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por VICTOR HUGO RODRIGUES DE SOUZA ROSA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferido no julgamento do HC n. 1.0000.19.078885-1/000.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 21/6/2019 pela suposta prática do delito previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal (roubo circunstanciado). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte Estadual, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS – ROUBO MAJORADO – PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA – ORDEM PÚBLICA COMO FUNDAMENTO À SEGREGAÇÃO CAUTELAR – LEGITIMIDADE – PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS ELECADOS NOS ARTIGOS 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – APLICAÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES – INADEQUABILIDADE – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – INSUFICIÊNCIA PARA OBSTAR A CONSTRIÇÃO. 1. A medida cautelar de prisão preventiva com fundamento na ordem pública, desde que amparada em dados concretos dos autos, é legítima e encontra ambiência constitucional. 2. Inexiste constrangimento ilegal na decisão que decreta a prisão preventiva, se lastreada em elementos concretos dos autos e nos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, porquanto o acautelamento preventivo se afigura necessário ao resguardo da ordem pública, tendo em vista a gravidade concreta do evento delituoso atribuído ao paciente, aliada a sua suposta reiteração delitiva. 2. O crime de roubo, por cuja suposta autoria o paciente foi preso, encontra em seu preceito secundário pena privativa de liberdade superior a quatro anos, o que implementa o comando normativo contido no inciso I do artigo 313 do Código de Processo Penal. 3. Presentes seus pressupostos e aferida a necessidade da prisão preventiva, inviável a fixação de medidas cautelares diversas. 4. A presença de condições pessoais favoráveis, por si só, não é suficiente para inibir a custódia*

# Superior Tribunal de Justiça

*cautelar, uma vez demonstrada a necessidade de sua manutenção.* (fls. 86)

No presente recurso, alega ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Aponta que a imposição da custódia cautelar não estaria suficientemente justificada e pautada exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Invoca o princípio da presunção de inocência.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do recorrente e assevera ser suficiente, no caso concreto, a aplicação de medida alternativa ao cárcere insculpida no art. 319 do CPP.

Pondera que a manutenção da custódia cautelar seria desproporcionalmente severa, à luz dos enunciados da Súmula 440 do Superior Tribunal de Justiça e das Súmulas 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela revogação da prisão preventiva para que o recorrente aguarde em liberdade o trânsito em julgado de eventual condenação.

Liminar indeferida às fls. 123/124.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (fls. 130/137).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso está prejudicado.

Isso porque, de acordo com as informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se que, em 27/09/2019, nos autos da Ação Penal n. 0024.19.077433-1, foi expedido alvará de soltura em favor do ora recorrente.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

